



EDUCAÇÃO POLÍTICA: O PROTAGONISMO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS¹

POLITICAL EDUCATION: THE PROTAGONISM OF SECONDARY STUDENTS

 **Caroline Ferreira do Amaral**

Graduanda em Pedagogia e bolsista Pibic/CNPq (USF)
Universidade São Francisco (USF)
Itatiba, SP – Brasil.
carolfamaral@yahoo.com.br

 **Sônia Aparecida Siquelli**

Doutora em Educação (UFSCAR)
Universidade São Francisco (USF)
Itatiba, SP – Brasil.
soniapsiquelli@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objeto o movimento secundarista de ocupações das escolas públicas de Educação Básica ocorrido nos anos de 2015 e 2016. Objetivou-se investigar se as ações protagonizadas por estudantes secundaristas caracterizaram uma educação política no interior desse movimento capaz de impulsionar a ocupação e a luta pela sobrevivência da escola pública. O levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos da área e a análise de nove pesquisas de diferentes universidades brasileiras relacionadas aos registros do movimento estudantil secundarista de Goiânia, exibidos no documentário *Escola de Luta*, comprovaram que a ação política emergiu do interior do próprio movimento, em prol dos interesses do coletivo de jovens, além de promover uma educação de consciência política acerca da importância da instituição escolar e do olhar da sociedade para o próprio movimento.

Palavras-chave: instituição escolar; movimento secundarista (2015-2016); documentário *Escola de Luta*.

Abstract: This article has as its object the secondary movement of occupations of public schools of Basic Education that occurred in 2015 and 2016. The aim was to investigate whether the actions carried out by secondary students characterized a political education within this movement capable of boosting the occupation and the struggle for the public-school survival. The bibliographic survey of theoretical references in the area and the analysis of nine studies from different Brazilian universities and related to the records of the secondary student movement in Goiânia, Brazil, in 2016, shown in the documentary *Escola de Luta* [School of Struggle], proved that political action emerged from within the movement itself, in favor of the interests of the collective of young people, in addition to promoting an education of political awareness of the importance of the school institution and the gaze of the society for the movement itself.

Keywords: school institution; secondary movement (2015-2016); documentary *Escola de Luta*.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

AMARAL, Caroline Ferreira do; SIQUELLI, Sônia Aparecida. Educação política: o protagonismo dos estudantes secundaristas. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 66-78, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.22921>.

¹ Este artigo é fruto do projeto de iniciação científica voluntária intitulado "Instituições escolares e educação política (2022)", vinculado do projeto "Formação política do adolescente/jovem na Educação Básica, sob a perspectiva da gestão educacional", pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira-GEPHEB/CNPq-USF.

1 Introdução

Com a chegada da Nova República e do neoliberalismo no período de 1985, Andreotti, Lombardi e Minto (2012) afirmam que a redemocratização do país e a ampliação dos vínculos do país no contexto internacional só aumentaram. As contradições da transição democrática da década de 1980 apontaram elementos para justificar o aparecimento dos movimentos sociais e a importante luta pela educação e pela gestão democrática.

Em 2016, caminhando para o final da segunda década do século XXI, com orientações neoliberais, o Estado brasileiro, na opção de produzir menos gastos públicos e maior “eficiência”, segundo Andreotti, Lombardi e Minto (2012), potencializou o declínio da noção de educação como direito social, como garante a Constituição Federal de 1998 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, alterou a LDB e os investimentos na Educação Básica (BRASIL, 2016a) com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 245, de 2016, durante o Governo Temer, que congelou os gastos com políticas sociais, saúde e educação pública em 20 anos (BRASIL, 2016b).

Grosso *et al.* (2017, p. 143), acerca da Medida Provisória Nº 746/2016, afirmam: “Em reação, não apenas mais escolas públicas foram ocupadas, em todo o país, mas também campi de universidades federais foram tomados por seus estudantes”. O movimento de ocupações das escolas contaminou, assim, a sociedade e gerou dois polos antagônicos, daqueles que apoiavam o movimento e daqueles que o criticavam, dentro e fora das instituições de Educação Básica. O foco nesse movimento antagônico desses dois polos deu-se, também, entre gestores, professores e alunos. Foi possível conhecer a necessidade diante do cenário da “Escola sem Partido” e de acusações da sociedade de “leviandade” dos profissionais da educação em ensinar ideologias. Em contrapartida, houve a perplexa falta de força por parte dos gestores e dos professores em suas práticas escolares, no sentido de evidenciar a essa mesma sociedade qual formação era dada a seus filhos, os limites e as transformações impostas pelas políticas públicas, pela legislação, inclusive pela mídia, e o desafio de efetivar o direito à educação, à formação educacional, principalmente no que concerne às atitudes políticas de cada um ao agir e ao transformar sua condição de refletir sobre as escolhas realizadas pela sociedade sócio-econômica e política no contexto daquele momento.

A formação política dos jovens do Ensino Médio, evidenciada nas ações dos movimentos de ocupação das escolas nos anos de 2015-2016, foi e continua sendo alvo de discussão frente aos fenômenos que ocorreram no interior da escola, das salas de aula entre professores e alunos. Uma vez desprivilegiada a profissão docente em uma sociedade que confunde conceitos como formação

escolar e educacional com doutrinação de verdades prontas e acabadas, ideologizantes, coloca-se em conflito o próprio protagonismo do professor.

Nesse contexto, as ocupações impulsionaram pesquisas, entrevistas com estudiosos, opiniões da mídia, segundo Carvalho (2015), para mobilizar as políticas públicas de governo. Diante das lamúrias e dos lamentos por parte dos gestores e dos docentes quanto ao comportamento dos alunos – chamados de “ocupas” – das escolas, mostrou-se que há um campo a ser problematizado quanto ao que moveu as escolhas dos alunos e o seu envolvimento ao fazer, daquele momento, um aporte para uma educação política na prática, no interior do movimento.

Para compreender tal fenômeno educacional, reporta-se à contextualização histórica do século XX, entendida por Arendt (2010), filósofa e cientista política, como Modernidade ou mundo moderno, o período compreendido por duas guerras mundiais, com campos de concentração de sistemas totalitários. Na segunda metade desse século, reafirmaram-se as atrocidades cometidas pela humanidade contra nações, povos, fomentadas por sentimentos de ódio, de presunção e de obstinação.

Para Arendt (2010), instaurou-se uma crise do mundo moderno com a tradição, o que repercutiu no interior das sociedades ditadoras e totalitárias do final do século XX. Educar e ensinar, naquele contexto, implicava agir sobre um sujeito “[...] que se constr[uía] em continuidade – ou ao menos em relação, ainda que de oposição ou confronto – com um mundo de heranças simbólicas cuja duração o transcende, tanto no passado como no futuro” (CARVALHO, 2015, p. 977).

Assim sendo, a relação de alunos/jovens com os educadores (gestores e professores), quanto à autoridade de quem ensina, educa, e à condição humana de quem é educado, não deve ser ignorada ou tratada como assunto de menor importância. A realidade imediatista do presente desafia a educação e a formação política quanto ao seu lugar na sociedade, ao papel da escola como formadora de mão de obra, na promoção, questionável, não da formação do estudante em si, mas da não satisfação do mercado, que acaba se estendendo para o descontentamento geral da sociedade em relação à escola.

Grosso e Silveira (2020) buscaram analisar argumentos de como e quando a juventude passa de categoria etária à categoria política. Os autores entendem que o movimento histórico de ocupação estudantil que ocorreu no Brasil em 2015 e 2016 foi um fato que transfigurou a visão da categoria juvenil, em especial a sua fração adolescente que, antes, era vista apenas como categoria etária e passou a ser pensada como categoria política.

Em se tratando da relação entre juventude e classe social, os autores afirmam que, ao longo

da nossa história, a participação dos jovens era desconsiderada nas ações coletivas. A “voz da juventude” foi, por muito tempo, abafada aos olhos de uma sociedade conservadora que, na maioria das vezes, ligava o jovem à imaturidade, à ignorância e à subserviência familiar. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, esse cenário começou a sofrer consideráveis transformações – exemplo disso foi o movimento *hippie*, que se opunha aos valores morais impostos naquela sociedade e pregava ideais de “paz e amor”, criticando a sociedade de consumo e realizando intensa oposição à Guerra do Vietnã.

Grosso e Silveira (2020) sinalizam que as ocupações de 2015 e 2016 são exemplo do processo de “auto fazer-se” diante das experiências “vivas” por adolescentes em escolas públicas. O momento político, durante esse período do Governo Temer, visou um controle social. Fez com que os jovens lutassem por eles mesmos, e, por conseguinte, se constituíssem como uma classe política ou uma “classe para si”.

Assim, compreende-se que os jovens, no decorrer da história da humanidade, passaram de mera classificação do ciclo do homem, de faixa etária, até serem entendidos como categoria de classe, sujeitos constitucionais, e, por fim, figurarem como categoria política. Para Grosso e Silveira (2020), as ocupações colocaram em xeque os papéis de uma ordem política predefinida. Assim, o que de fato norteou os motivos que levaram os estudantes a agirem na contramão de um Governo Estadual foi este não apenas ter fechado escolas e alterado a vida de milhares de famílias, mas ter feito isso de modo unilateral e sem qualquer mediação estabelecida.

As ocupações dos secundaristas compuseram um movimento de grande adesão e repercussão, organizado e heterogêneo, uma vez que, além de alunos das escolas ocupadas, tinham apoio de outros estudantes de outras escolas, de militantes do movimento secundarista que circulavam as ocupações, de docentes, de advogados e de sindicalistas que prestavam apoio e orientação, entre outras pessoas.

O papel da juventude nesse movimento, associado ao digno apelo pela ordem social e pela política, fundamentada pela igualdade de todos os cidadãos e de todas as cidadãs perante a Constituição Federal de 1988, Art. 5º (BRASIL, 1988), demonstra que a juventude vista como desqualificada politicamente, diante de uma experiência modificadora e peculiar, fez com que se constituísse, historicamente, como agente político e um potencial agente transformador.

Catini e Mello (2016, p. 1178), ao questionarem: “O que aprendemos com a tomada das escolas pelos estudantes no Estado de São Paulo, no final de 2015?”, trazem como pano de fundo as mobilizações estudantis, o contexto vigente naquele período de crise econômica e as tendências de uma política voltada à redução de gastos sociais e à precarização do trabalho, em conjuntura da depreciação do ensino público e de políticas de privatização como propostas de “reorganização”

do ensino estatal, elementos que fundamentaram os movimentos dos jovens.

Os autores destacam o planejamento e a autogestão no interior do movimento, como os ocupantes se organizavam, cujas tarefas, dentro do movimento, eram “[...] identificadas, debatidas e assumidas” (CATINI; MELLO, 2016, p. 1193) por eles, de forma rotativa, diferentemente de uma política impositiva capitalista. Além disso, Catini e Mello (2016) ressaltam como o movimento surgiu após o posicionamento do então governador Geraldo Alckmin, que, sob a alegação de uma “reorganização escolar”, decidiu fechar mais de 100 escolas, afetando mais de 310 mil alunos, no final de 2015. Os jovens, insubordinados às medidas impostas, os quais condenavam, de forma subliminar, uma classe inteira, no dia 9 de novembro de 2015, ocuparam a primeira escola estadual, Escola Estadual Diadema, na capital de São Paulo. Isso desencadeou, um mês depois, a ocupação estudantil de mais de 200 escolas.

Ainda nesse mesmo período, no Estado de Goiás, novos estudantes tomaram para si essa medida, de forma a combater a terceirização da gestão escolar no estado, onde 30% das escolas passariam a ser geridas por Organizações Sociais (OS), que, posteriormente, diante de uma série de medidas, se constatou tratar-se de uma medida desqualificada. A vitória dos militantes veio logo em seguida, mesmo diante da recusa do debate público, comprovando o descabido impasse entre uma política depreciativa e uma sociedade política.

As ocupações tiveram muitos adeptos e colaboradores, apoio de partidos políticos, além de sindicatos e de movimentos sociais. A organização do movimento deu-se antes da ocupação, com uma convocatória prévia por parte de alguns grupos. Assim, à medida que mais escolas aderiram ao movimento, este ganhou uma certa autonomia diante da proporção e da abrangência no território nacional, frente ao conteúdo da luta e à forma que foi aplicado, bem como diante da repercussão na mídia.

Durante o movimento, as diferenças postas em uma sociedade injusta evidenciaram-se, o que corroborou a necessidade social de implementar políticas públicas que forjassem os valores de igualdade e de dignidade da pessoa humana. A resistência do movimento é trazida, segundo Catini e Mello (2016), quando um dos motivos que levaram os alunos a se aliarem ao movimento foi a consciência de que o estudo formal é requisito de sobrevivência em uma sociedade capitalista, na qual a mão de obra qualificada é item imprescindível para o mercado profissional.

Catini e Mello (2016) levantam mais uma questão em seu estudo: O acesso à educação garante, de fato, ao jovem uma educação emancipadora? Isso porque o presente sucateamento dos modelos de avaliação nacional estabelecidos pelo Estado, bem como os métodos pedagógicos tecnicistas (livros didáticos e cartilhas), os baixos investimentos públicos, a desvalorização docente,

desencadeiam uma deficiência no sistema de ensino. Os autores concluem que o acesso à escola não é garantia de acesso a conteúdo de qualidade, mas de produção de índices classificatórios exigidos pela sociedade capitalista.

A juventude envolvida no interior do movimento forjou ações políticas por meio das atividades articuladas das ocupações, ao participarem de “aulas públicas” e de decisões colegiadas, e, ainda, de forma rotativa, realizarem as tarefas de alimentação, de limpeza e de segurança da ocupação, sempre articulados entre si e com outras forças políticas. A luta não se limitava apenas contra a “reforma do ensino”, que restringia o acesso ao ensino formal, mas denunciava, também, a situação da educação.

Almeida (2020) chama atenção por meio de um trecho da entrevista que Paulo Freire deu à Folha de São Paulo em 1994, ao ser questionado sobre o Golpe de 1964, que buscou estigmatizar seu método como subversivo, de esquerda radical. Freire teria respondido que tentaram estigmatizá-lo, mas não conseguiram, pois estudiosos descobriram que sua proposta era um pouco mais do que uma simples alfabetização (ALMEIDA, 2020).

O projeto inovador de educação de Paulo Freire, um bom exemplo de ação e de educação política, sempre atacado pelas classes mais abastadas, visou garantir ao educando uma visão de mundo de forma a compreender o seu entorno social, a sua realidade de modo analítico. Almeida (2020) relaciona a teoria de Paulo Freire, das lutas proporcionadas pelas classes menos favorecidas, em defesa de seus direitos fundamentais, aos ideais, às experiências dos anos de 1960 e às ocupações das escolas no ano de 2016. As ideias de Paulo Freire inspiraram as “ocupações de escolas”, segundo a autora, além de apresentarem resistência às políticas de corte de verbas. As ocupações realizadas no estado do Paraná, apresentadas pela autora como exemplo, reivindicaram o direito à escola pública de qualidade e questionaram a metodologia inserida que visava formar sujeitos codificadores, incapazes de fazer uma leitura crítica do seu campo social e político.

Para a autora, os movimentos estudantis de ocupação escolar explodiram no Brasil contra a Medida Provisória N° 746/2016 e contra os projetos de “Escola sem Partido”, os quais tinham o intuito de proibir a discussão de gênero nas escolas, além de pautas específicas locais, no contexto de uma crise política, do *impeachment* de Dilma Rousseff e do golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar, que ampliaram, segundo Saviani (2017), ainda mais as políticas de contrarreformas.

Almeida (2020) traz dados relevantes ao dizer que 851 ocupações aconteceram no estado do Paraná, as quais, além de contra à reforma do ensino, traziam como bojo político a discussão de projeto societário a partir da educação. O que chama atenção, segundo a autora, foi o fato de que esses movimentos não foram organizados por coletivos, mas ocorreram de forma espontânea e foram se desdobrando no decorrer das ocupações. Afirma ainda que outro fator a ter relação com

as ocupações estudantis foi o movimento de educação ocorrido nos anos de 1960, que visava uma educação para os jovens e os adultos trabalhadores, tendo como proposta uma educação capaz de ir além das etapas de alfabetização. O método apresentado era o de Paulo Freire, que objetivava superar a “domesticação” e garantir direitos democráticos mínimos. Esses argumentos bateram de frente com o conservadorismo político vigente na época e foram contra o tradicionalismo das práticas pedagógicas.

Freire (1992) afirma que, a partir dos anos de 1940 e 1950, os estudiosos da educação já começaram a entender que o analfabetismo era usado como manobra política dos interesses de cada governo, com propostas para educação escolar, na contramão de uma educação libertadora, de uma perspectiva de transformar a vida de milhares de homens e de mulheres trabalhadores/as. Isso traz à tona uma comparação com a reforma do Ensino Médio de 2016, realizada de maneira imatura e a toque de caixa, deixando a desejar os estudiosos da educação, sem diálogo e participação dos estudantes. Como Freire (1992) defende, a escuta dos estudantes deveria ser essencial para implementação de reformas educacionais. No caso das ocupações, a imposição da reforma coagiu os estudantes, situação que provocou as primeiras iniciativas de ocupações escolares.

Segundo Groppo *et al.* (2017), os conhecimentos adquiridos e as experiências vivenciadas foram transformadoras e construtivas para seus desenvolvimentos sociais e políticos. Com a consciência da necessidade de metodologias reflexivas e menos “bancárias”, tidas como “sistemas de cópia” ou “copistas”, os alunos passaram a compreender seu lugar no espaço escolar, entendendo que, embora a escola seja um espaço público, cabe aos usuários cuidá-la e exigir que todo o aparato envolvendo a educação seja palco de diálogo entre as partes envolvidas, criando uma consciência do processo de luta na busca de igualdade de garantias e de direitos. Assim sendo, segundo Freire (1992, p. 96), é preciso “[...] uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”. Para o autor, a “[...] educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fingir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1992, p. 104). Assim, quando denunciada essa farsa, quase sempre de modo insurrecional, abre-se a possibilidade para a construção do novo, sem que isso deixe de produzir contradições e resistências.

2 Relação das pesquisas levantadas e o documentário *Escola de Luta*: quais são as revelações?

Com o objetivo de conhecer e refletir sobre a formação política dos adolescentes e dos jovens das escolas de Educação Básica pública, na luta pelo direito subjetivo à Educação Básica,

realizou-se uma seleção de nove pesquisas de Mestrado e de Doutorado de Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* de diferentes universidades brasileiras, levantadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre o movimento secundarista de 2007-2016

Ano T/D*	Programa/ Universidade	Autor/orientador	Título
2019 (T1)	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de São Paulo (USP)	Anita Pompeia Soares José Sérgio de Carvalho	<i>As ocupações secundaristas de 2015: viver entre iguais no mundo das desigualdades</i>
2018 (D1)	PPGE da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Giovana S. Borges Rodrigo Manoel Dias da Silva	<i>A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir</i>
2011 (D2)	PPGE da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	Silvana Lazzarotto Schmitt Alexandre Felipe Fiuza	<i>Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 1985)</i>
2020 (D3)	PPG em Sociologia da Universidade de Coimbra	Murilo Rosa Macêdo Elísio Guerreiro do Estanque	<i>O Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás. Desde as escolas para as redes</i>
2007 (D4)	PPGE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Susana Roman Blanco Pérez Maria Rita de Almeida Toledo	<i>“Ver-julgar-agir”: análise de práticas da Juventude Estudantil Católica Feminina (entre as décadas de 1950 e 1960)</i>
2018 (D5)	PPG em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Araciele Maria Ketzer Rosane Rosa	<i>“Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016)</i>
2018 (D6)	PPGE da USP	Fabio Ferreira de Jesus Sandra Maria Sawaya	<i>Heróis de brincadeira: o imaginário insurrecional dos jovens na experiência de ocupações secundaristas nos anos 2015 e 2016</i>
2019 (D7)	PPG em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB)	Dimitri Melo Salles Oliveira Marcelo Carvalho Rosa	<i>Ocupar é aprender: sobre as narrativas de experiência em ocupações de escolas no Distrito Federal</i>
2021 (D8)	PPG em Direito da PUC-Campinas	Viviane Tavares Leite Moreno Guilherme Perez Moreira	<i>Da Governança Global ao Movimento Secundarista em Campinas/SP: discursos sobre a educação para a democracia</i>

Legenda: *T/D = tese ou dissertação.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No levantamento das pesquisas, apenas uma tese encontrada, a **T1**, de 2019, do PPGE da USP, no campo da Filosofia da Educação, tentou compreender o movimento estudantil para além da simples condição de novidade (SOARES, 2019). Com base teórica principalmente na obra de Jacques Rancière, a autora conseguiu perceber a mobilização como produtora de uma ação política e refletir sobre as relações entre noções de política e de educação escolar.

A **D1**, de 2018, do PPGE da Unisinos, teve como enfoque a análise das experiências escolares cotidianas influenciadas pelas manifestações contemporâneas que configuram novas formas de atuação pelo hibridismo entre o ciberespaço e o espaço urbano, as quais contribuíram para modificar a consciência social dos alunos a respeito da educação (BORGES, 2018). A pesquisa tem como arcabouço quatro relatos de participação das ocupações das escolas e reportagens sobre o tema.

A **D2**, de 2011, do PPGE da Unioeste, foi elaborada para elucidar as “[...] características da organização dos estudantes secundaristas paranaenses durante o período de 1964 a 1985” (SCHMITT, 2011, p. 7). Foi realizada uma pesquisa de campo junto ao Arquivo Público do Paraná que faz parte dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS), para elucidar como os estudantes eram vigiados e agiam perante a universidade. Para concluir, o autor realizou uma breve análise das entrevistas conduzidas com alguns militantes e clarificou os contrastes entre a história “contada” por eles e o que está escrito nos documentos oficiais do período.

A **D3**, de 2020, do PPG em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Portugal, trouxe a tecnologia da informação, “cibercultura”, como palco de fundo da pesquisa (MACÊDO, 2020). Para tanto, o autor usou como fundamentação a ocupação de escolas secundárias por parte de estudantes no Estado de Goiás entre 2015 e 2016. A pesquisa foi realizada com 12 alunos participantes do movimento. Para o autor, houve uma grande movimentação do coletivo, porém não ficou comprovado que a Internet foi o principal meio de atuação do movimento.

A **D4**, de 2007, do PPGE da PUC-SP, foi selecionada devido à escassez de trabalhos encontrados e, também, porque a autora percebeu que o que se entendia como um movimento estudantil, na primeira década do século XXI, era o enfoque na juventude e como ela se movimentava (PÉREZ, 2007). Durante a pesquisa, foram analisadas as práticas da JECF, movimento estudantil secundarista, no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960. Para ela, as práticas são produtoras de significado para quem as realiza e, conseqüentemente, produtoras de cultura, por meio de cadernos de orientações destinados às dirigentes do movimento, da série de correspondências do movimento, de relatórios de atividades, além de mensagens de lideranças eclesiais dirigidas ao movimento estudantil secundarista. A autora percebeu que as práticas da JECF reafirmaram a caracterização da Igreja, representada pela atuação dos movimentos leigos, como partido.

A **D5**, de 2018, do PPG em Comunicação da UFSM, procurou investigar os processos comunicativos e representacionais de resistência constituídos no contexto do movimento estudantil secundarista 2015-2016 no país (KETZER, 2018). A pesquisadora tentou compreender esse

movimento por meio de contranarrativas produzidas pelos jovens envolvidos. Ela afirma que o processo de educação para a cidadania caracteriza as práticas comunicativas construídas nesse cenário de resistência.

A **D6**, de 2018, do PPGE da USP, foi realizada a partir de uma perspectiva crítica em Psicologia nas suas interfaces com a Educação (JESUS, 2018). As análises foram desenvolvidas por meio de depoimentos, de falas e de entrevistas dos participantes, os quais puderam perceber, nas atitudes do grupo, o gesto político contra a Reorganização Escolar proposta pelo Governo Estadual Paulista em 2015. Para o autor, o movimento significou um exercício de construção da criticidade dos jovens.

A **D7**, de 2019, do PPG de Sociologia da UnB, foi realizada no contexto das ocorrências das ocupações no Distrito Federal e foi feita a partir da análise das narrativas de estudantes que participaram das ocupações (OLIVEIRA, 2019). Nesse estudo, foram colocadas como centrais as experiências relatadas pelos sujeitos entrevistados, de modo a compreender quais os sentidos atribuídos às ocupações pelos estudantes e como as suas narrativas podem contribuir para a construção de conhecimentos sobre ação coletiva e movimentos sociais.

A **D8**, de 2021, do PPG de Direito da PUC-Campinas, teve o objetivo de analisar os discursos da educação para a democracia de acordo com o estabelecido pelo direito, tanto no âmbito internacional como no nacional, e o propugnado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no final do século XX e início do século XXI, por meio da educação para a cidadania global (MORENO, 2021). O autor alinhou seu estudo ao movimento das ocupações estudantis que ocorreram em Campinas, São Paulo.

As análises dessas pesquisas comprovaram que o movimento secundarista foi uma ação política que emergiu no interior do próprio movimento, destacado no ato da ação organizada em prol dos interesses do coletivo de jovens, além de promover uma educação de consciência política acerca da importância da instituição escolar e do olhar da sociedade para o próprio movimento, para a própria juventude envolvida. Permitiu-se, assim, que cada jovem aprendesse a fazer suas próprias escolhas no espaço público, se envolvesse e se responsabilizasse por elas.

Na relação das pesquisas com a produção do documentário *Escola de Luta* (2016), que registra momentos do movimento estudantil secundarista na cidade de Goiânia em 2016, ano em que foram ocupadas 1.100 escolas e universidades públicas em todo o Brasil, objetivou-se materializar como as pesquisas colaboraram cientificamente para as reflexões analíticas acerca da atitude política dessa juventude no interior desses movimentos. O documentário foi dividido em três capítulos, que retratam três diferentes manifestações: “Escola de Luta”, “Não Tem Arrego” e “Ô M.P.!?”.

No **1º momento: “Escola de Luta”**: houve uma grande passeata no Dia do Estudante,

em 11 de agosto de 2016, quando o cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, na cidade de Goiânia, foi palco de *happenings*, discursos, saraus e outras intervenções, incluindo um escracho contra a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, o bandeirante genocida. No **2º momento: “Não Tem Arrego”**: uma significativa manifestação, no mês de setembro de 2016, concentrou-se na Praça A, em Campinas, Estado de São Paulo, e dirigiu-se à sede da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), onde o projeto das OS, a cargo da secretária Raquel Teixeira e sua equipe tramitava com muita dificuldade devido às inúmeras irregularidades do processo. No **3º momento: “Ô M.P.!”**: ocorreu uma intervenção no Ministério Público, em fevereiro de 2016, na qual os jovens e ruidosos cidadãos ocuparam provisoriamente o prédio e obtiveram uma reunião-de-saguão com o promotor Fernando Krebs. Na atuação e na defesa de “A nossa luta é todo dia; educação não é mercadoria”, “Militarizar não vai ser a solução”, “A escola não é prédio burocrático”, podem servir como emblemas dessa mobilização de intenso protagonismo juvenil, que contestou as lógicas hegemônicas impostas pelo governo Marconi Perillo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que pretendia privatizar o ensino, elitizar o acesso à educação de qualidade e, assim, perpetuar as fraturas sociais do Estado de Goiás e do país em geral.

Além disso, o documentário *Escola de Luta* (2016) faz uso dos jargões utilizados pelos “secundaristas”, “manifestantes”, “ocupantes”, “estudantes” e trechos de músicas que demonstram a cultura popular diretamente relacionada à cidadania e à “luta” por garantias constitucionais.

3 Considerações finais

A análise das pesquisas na relação com o conteúdo do documentário *Escola de Luta* (2016) comprovou que o movimento secundarista foi uma ação política que emergiu no interior do próprio movimento, destacado no ato da ação organizada em prol dos interesses do coletivo de jovens. Isso permitiu concluir que, além de promover uma educação de consciência política acerca da importância da instituição escolar, também colaborou para a forma com que a sociedade enxerga a própria juventude envolvida.

Trata-se de uma experiência educativa de ações políticas cunhadas no envolvimento de cada jovem ao aprender a fazer suas próprias escolhas no espaço público, no exercício de cidadania, cientes de seu envolvimento e das consequências e das responsabilidades geradas na luta por uma causa comum.

Referências

ALMEIDA, J. B. As ocupações de escola e as conexões freireanas. *Andes-SN*, Brasília, ano XXX, n. 66, p. 46-59, 2020.

ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. *História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor*. Campinas: Alínea, 2012.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BORGES, S. G. *A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir*. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7018>. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. *Diário Oficial da União*: edição extra, seção 1, Brasília, DF, n. 184-A, p. 1-2, 23 set. 2016a.

BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição Nº 245, de 2016*. Institui o sistema de governo parlamentarista no Brasil e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [2016b]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1470922. Acesso em: 7 out. 2022.

CARVALHO, J. S. F. de. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 975-993, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206309>

CATINI, C. de R.; MELLO, G. M. de C. Escola de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016163403>

ESCOLA DE LUTA - Documentário de Eduardo Carli de Moraes (2016, 48 min). [S. l.], 2016. 1 vídeo (48min41s). Publicado pelo canal: A Casa de Vidro Ponto de Cultura. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=UmzVhAUhSOY>. Acesso em: 9 out. 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social, e políticas: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020. DOI: <http://10.18315/argumentum.v12i1.30125>

GROPPO, L. A. et al. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1 p. 141-164, jan./mar. 2017. DOI:

<https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647616>

JESUS, F. F. de. *Heróis de brincadeira: o imaginário insurrecional dos jovens na experiência de ocupações secundaristas nos anos 2015 e 2016*. 2018. 357 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

KETZER, A. M. “*Lutar também é educar*”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016). 2018. 268 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16189>. Acesso em: 7 out. 2022.

MACÊDO, M. R. *O movimento de ocupação de escolas em Goiás*. Desde as escolas para as redes. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/94770>. Acesso em: 7 out. 2022.

MORENO, V. T. L. *Da Governança Global ao Movimento Secundarista em Campinas/SP: discursos sobre a educação para a democracia*. 2021. 212 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

OLIVEIRA, S. D. M. *Ocupar é aprender: sobre as narrativas de experiência em ocupações de escolas no Distrito Federal*. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PÉREZ, S. R. B. “*Ver-julgar-agir*”: análise de práticas da Juventude Estudantil Católica Feminina (entre as décadas de 1950 e 1960). 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (org.). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 215-232.

SCHMITT, S. L. *Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 1985)*. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/930>. Acesso em: 7 out. 2022.

SOARES, A. P. *As ocupações secundaristas de 2015: Viver entre iguais no mundo da desigualdade*. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.